

De volta ao futuro da língua portuguesa.
Atas do X^o UNICAMP Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa
Simpósio 49 - Língua, discurso, identidade, 1871-1892
ISBN 978-88-8305-127-2
DOI 10.1285/i9788883051272p1871
<http://siba-ese.unisalento.it>, © 2017 Università del Salento

TRADUTORES PORTUGUESES E SEUS MOTIVOS - AS JUSTIFICATIVAS DE TRADUÇÕES PARA O PORTUGUÊS NO FIM DO SÉCULO XVIII¹

Cláudio DENIPOTI²

RESUMO

Este trabalho visa interpretar a valorização da língua portuguesa verificada em Portugal ao final do século XVIII, através das traduções de livros “técnicos”, literários e científicos. Para isso, voltar-se-á aos “paratextos” editoriais, (ou seja, textos adicionais à obra, como prefácios, posfácios, cartas ao leitor, pós-escritos, etc.), particularmente aqueles escritos pelos tradutores. Situadas no contexto de continuidade das reformas pombalinas (apesar do afastamento do Marquês de Pombal do foco de poder) focadas em um nascente nacionalismo imperial de cunho iluminista, tais traduções também ocorrem em meio à crise do antigo regime português, proporcionando amplo material para estudo das redes de relações e das formas de compreensão, à época, de questões-chave como são o próprio Iluminismo e antigo regime, bem como a ideia central de uma cultura escrita, na qual se inserem todos estes pontos. Um levantamento prévio e em andamento sobre os livros traduzidos para o Português entre 1770 e 1820, revelou cerca de 250 obras traduzidas impressas em Portugal e no Brasil (depois de 1808). Dessas, pelo menos uma centena contém paratextos relativos às motivações que os tradutores afirmaram ter para executar a empreitada, fornecendo os elementos necessários para as análises desejadas, quais sejam: como os próprios agentes (neste caso, os tradutores) percebiam a valorização da língua Portuguesa - e, conseqüentemente, uma certa identidade imperial, no contexto de crise do Antigo Regime, e questões relacionadas a este contexto, como as Luzes, a ciência e a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução; Império Português; palavra escrita; história

Como podemos verificar algo tão subjetivo, e ao mesmo tempo, tão associado ao fenômeno moderno do nacionalismo, como os processos de afirmação das línguas nacionais? Embora muitas possam ser as respostas, este estudo focará um caso específico, da virada dos séculos XVIII para o XIX, na produção editorial em língua portuguesa. Embora os índices possam ser encontrados em diversas fontes,

¹ Este estudo está sendo realizado como parte do projeto de pós-doutoramento na Universidade de Lisboa (2015), intitulado “Homens do livro no início do século XIX: livreiros, cientistas, censores, revolucionários no império Português”, sob supervisão do Prof. Dr. José Damião Rodrigues, e com financiamento da CAPES.

² UEPG, Departamento de História. Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Uvaranas, Ponta Grossa - PR, 84030-900, Brasil – cnipoti@uepg.br.

concentramo-nos no esforço de tradutores, ao longo das décadas entre 1770 e 1810, para verter para a língua portuguesa uma enorme quantidade de trabalhos.

O primeiro passo é questionar a ideia contida na afirmação de partida – a de que houve alguma valorização da língua portuguesa no período em foco, que possa ser verificada naquilo que os tradutores escreveram sobre seu trabalho. A historiografia afirma que sim, a partir da percepção da transição do uso do Latim ou do francês como língua editorial predominante para as línguas nacionais, em especial no tocante aos escritos científicos. Esta historiografia específica mostra o incremento das edições traduzidas ou já escritas nos idiomas “pátrios”. No caso da língua portuguesa, podemos citar os estudos de Antônio Gonçalves Rodrigues (1992), João Luís Lisboa (1991) e Luís António de Oliveira Ramos (1986), entre outros. Segundo João Paulo Silvestre (2007), os séculos XVI e XVII não foram particularmente fecundos em traduções para o português em qualquer categoria editorial, havendo sim uma forte circulação, em Portugal de obras em espanhol e latim (verificável nos catálogos das bibliotecas ou de impressores portugueses), mas “o espaço das traduções do francês é lentamente conquistado à medida que o século XVIII avança”. Rodrigues (1992) indica que a primeira metade do século XVIII viu surgirem 442 traduções publicadas em Portugal, contra 266 em todo o século anterior. Neste estudo, ainda incompleto e sem pretensão de ser exaustivo, já foram localizadas aproximadamente 250 obras do período, das quais pouco mais de uma centena ofereceu paratextos dos tradutores (ou dos editores das traduções) para a realização da análise.³

Os “paratextos” editoriais, (ou seja, textos adicionais à obra, como prefácios, posfácios, cartas ao leitor, pós-escritos, etc., mas também textos extrínsecos – epitextos, como as censuras, as cartas e catálogos que dão o livro a conhecer), possuem força ilocutória suficiente para que sua informação possa “dar a conhecer uma *intenção* ou *interpretação* autoral e/ou editorial” (Genette, 2009:17). Buscar estes paratextos em seu contexto – variável, portanto, historicamente – tem sido a abordagem adotada nesta pesquisa, pois ela permite refletirmos sobre a historicidade da cultura escrita em foco,

3 Foram consultados os catálogos da Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional de Portugal; Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil; Bibliotecas Digitais da Universidade de Coimbra; Bibliothèque Nationale de France – Gallica; Bibliothèque Numérique; Bibliothèque Nationale de France; Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional – Lisboa; Biblioteca Nacional de España; Biblioteca Virtual da Universidade do Porto; Biblioteca da Universidade de Lisboa; Biblioteca da Universidade de Aveiro; Brasiliana USP; British Library online Catalogue; Digital Public Library of America; Europeana – digital Libraries of Europe; Google Livros; Lybrary of Congress online Catalogue; Projeto Caminhos do Romance - UNICAMP); Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

através de personagens nela envolvidos (Ver, como exemplo de estudo de paratextos, DeNipoti & Pereira, 2013).

No âmbito dos estudos sobre a produção, apropriação e circulação da palavra escrita, que tem sido realizados por mim e outros pesquisadores do Grupo de Estudos Cultura e Educação na América Portuguesa (GCEAP-UFMG), e do Centro de documentação e pesquisa de história dos domínios portugueses (CEDOPE-UFPR), temos buscado investigar o significado que certas ideias, consolidadas na historiografia, assumiram para os atores sociais envolvidos nos processos que tais ideias buscam descrever. Assim, por exemplo, interessa menos um conceito de Iluminismo, elaborado ao longo dos debates historiográficos, do que as maneiras que os contemporâneos experimentavam, em suas interações sociais, as ideias relacionadas a novas formas de pensar.

Assim, pensar uma tal “valorização”, pressupõe investigar práticas discursivas do período em foco, que permitam confirmar ou negar tal processo. Para tentar efetivar este objetivo, esta pesquisa buscou tais práticas, em um primeiro momento, em paratextos escritos pelos tradutores de livros dos mais diversos campos do conhecimento, publicados em língua portuguesa entre 1760 e 1820, e é bom se se diga novamente, sem buscar fazer um levantamento exaustivo de todas as traduções realizadas no período.

Os prefácios, prólogos, prefações preliminares, discursos, dissertações, advertências prévias, notícias e avisos aos leitores, incluídos nas obras traduzidas por seus tradutores, já foram objeto de estudos sistemáticos – inclusive sobre um dos corpos documentais aqui analisados: aquele das traduções organizadas no âmbito do empreendimento da Tipografia do Arco do Cego, entre 1799 e 1801. Os estudos de Alessandra Ramos de Oliveira Harden sobre o Frei José Mariano da Conceição Veloso e Manoel Jacinto Nogueira da Gama a partir dos paratextos incluídos nas traduções publicadas, são exemplares de estudos realizados a partir deste tipo de fonte documental. Segundo ela, os “paratextos [dos tradutores do Arco dos Cegos] funcionaram como instrumentos para a aceitação dos princípios científicos iluministas, pois as ideias progressistas eram apresentadas aos leitores portugueses por discursos comprometidos com as tradições do antigo regime português e com a retórica escolástica” (Harden, 2011:301). Esta autora também problematiza as fontes, apontando os limites que também se apresentam para o presente trabalho:

Há uma aparente contradição discursiva na relação entre paratexto e texto

principal, já que textos prefaciais com alto grau de subjetividade são empregados para apresentar traduções de obras científicas fundamentadas nos princípios do Iluminismo. Os dois conjuntos de textos envolvidos nesse jogo, os paratextos dos tradutores, de um lado, e as obras traduzidas, de outro, foram redigidos de acordo com tradições textuais que se opõem. Enquanto os cientistas (ou filósofos naturalistas), autores dos textos originais, usavam a língua em conformidade com um paradigma de experimentalismo, racionalidade e objetividade característico do Iluminismo, os tradutores brasileiros escreviam seus textos seguindo um modelo de eloquência derivado da retórica escolástica, criticada pelos iluministas por sua dependência da chamada *auctoritas* e pelo uso de linguagem pomposa e ornamentada supostamente em detrimento da argumentação racional (Harden, 2011:307. Ver também Harden, 2009, e Harden, 2010).

Outros estudos abordaram a história da cultura escrita com recortes sobre o ato da tradução para o português, embora não tenham enfatizado exclusivamente as vozes dos tradutores. Este é o caso, por exemplo, do estudo de João Paulo Silvestre (2006; 2007) sobre a tradução do discurso enciclopédico para a língua portuguesa, e também, dentre outros, do estudo de Alisson Eugênio (2003) sobre uma das traduções do Arco do Cego (a *Observação sobre Enfermidades dos negros* de Jean Dazille, traduzida por Antonio José Vieira de Lisboa Carvalho e publicada em 1801).

Para além destes estudos, buscar-se-á compreender os motivos alegados por tradutores como formas de atribuir valor ao uso da língua portuguesa em textos diversos. Para tanto, utilizaremos uma abordagem – a análise dos paratextos – aplicada a um campo de conhecimento (que é, neste caso, uma “cultura escrita”, vista através da tradução de livros). Sobre a ideia de campo de conhecimento, cumpre explicitar que ele se define aqui, ao estilo de Bourdieu (1977), como espaço social de múltiplas dimensões de relações sociais entre agentes com interesses partilhados, em busca de recompensas específicas, mas sem disporem dos mesmos recursos,

É importante ressaltar a inserção deste estudo no projeto “Homens do livro no início do século XIX: livreiros, cientistas, censores, revolucionários no império Português”. O projeto tem por objetivo apreender as percepções que agentes do circuito de comunicação do livro tinham da influência das “luzes” e dos livros iluministas no período entre 1770 e 1820, entendido como Antigo Regime, ou de crise desse regime no Império Português. Escritivães, literatos, tradutores, livreiros, censores, cientistas e diversos outros indivíduos envolvidos no universo da palavra impressa, em suas diferentes facetas – escrita, circulação, guarda, censura, leitura, etc. - serão buscados,

em uma tentativa de perceber a visão “de baixo”, mencionada acima, do iluminismo e dos livros que o propagaram em Portugal e seus domínios. Ou seja, buscar-se-ão as representações produzidas sobre essas “luzes” em textos e paratextos de diferentes matizes (catálogos, dedicatórias, requerimentos, censuras, etc.) e de suas consequências nas experiências individuais em todo o espectro social relacionado ao mundo do livro e da palavra impressa no período. É neste sentido que, por exemplo, um desdobramento da pesquisa sobre os tradutores recairá sobre as censuras das traduções, buscando nos textos dos censores os mesmos elementos que buscamos nos paratextos dos tradutores. De forma similar, textos e paratextos serão explorados quanto às representações do processo de “esclarecimento” que estes indivíduos experimentaram.

Uma última observação diz respeito aos assuntos dos livros traduzidos. A pesquisa não estabeleceu – ao menos nesta fase – distinções sobre o tipo de livro, tendo se debruçado sobre quaisquer traduções realizadas no período, de obras literárias, de filosofia e teologia, artes e ofícios, tratados jurídicos, históricos e obras clássicas de forma geral, mesmo que a possibilidade de recortes temáticos das obras traduzidas esteja no horizonte de análise.

Dadas estas definições, vejamos agora o que os tradutores dizem sobre os motivos de suas traduções.

Uma das discussões sobre o iluminismo lusitano é sobre a sua adesão àquilo que é comumente referido como “utilitarismo” inglês, nos estudos sobre o século XVIII. Em geral, as definições apropriam-se da ideia central de que o utilitarismo “denota um conjunto de perspectivas que, de algum modo, fazem da promoção imparcial do bem-estar o único padrão ético para a avaliação de, por exemplo, actos, códigos morais ou práticas e instituições sociais”, (Galvão, 2013) sem contudo buscarem as concretas ligações entre pensadores como Jeremy Bentham e as manifestações portuguesas ou imperiais do pensamento utilitarista. Isto sem falar no fato de que a maior parte do pensamento utilitarista, marcado por forte hedonismo, foi desenvolvida ao longo do século XIX, por nomes como John Stuart Mill, o que, em geral, faz desta definição uma reconstrução *a posteriori*.

Não obstante, uma certa ideia de **utilidade** permeia as justificativas dos tradutores para a execução de seu trabalho, que eles também insistem em definir como extenuante, como será explorado em outra parte deste estudo. Assim o tradutor anônimo

do primeiro volume da *Miscellanea curioza e proveitoza*,⁴ publicada em 1782 afirmou ter levado a tradução a cabo para “promover de todo modo que posso, tudo quanto puder concorrer para o desabuso, aumento, e perfeição desta Nação”, o que contribuiria, segundo ele, para a utilidade da Pátria. De modo semelhante, João Rosado de Villalobos e Vasconcelos (1786), professor de Retórica em Évora e profícuo tradutor e autor ao longo da década de 1780, traduziu os *Elementos da Policia Geral de hum Estado* (que dedicou, convenientemente, ao poderoso Intendente Geral de Polícia, Diogo Ignacio de Pina Manique), afirmando fazer a tradução “em beneficio da utilidade, e honra da Patria, e propagando-se as luzes por todas as partes” com o intuito de deixar tais conhecimentos fermentarem e produzirem, “por muitos modos, e meios a felicidade pública de hum Estado”.

A ideia de utilidade assume, com frequência, a noção de que as traduções em geral são instrumentais no processo de “instrução”, que, à época, relaciona-se “ao cultivo de habilidades e conhecimentos bem plantados na preparação mais sólida realizada pela educação moral e voltada para o desenvolvimento da civilidade” (DeNipoti & Fonseca, 2011:150). Foi no sentido de instruir os portugueses menos afeitos às lides intelectuais, ou menos familiarizados com outros idiomas (outro *topos* recorrente), que o vice-reitor do Colégio dos Nobres, José Dias Pereira, apresentou sua *Traducção da defeza de Cecilia Faragó*, em 1775:

Recebe o homem apenas começa a ouvir, e entender, grandes, e infinitas preocupações. As Amas, ordinariamente grosseiras e supersticiosas ora entretem as crianças com a medonha narração dos Lobishomens, e das Fantasmas, que appareceram nos escuros lugares (com se receasse o demonio até a luz de huma vela) ora com os extraordinarios e maravilhosos casos dos Magicos, e das Feiticeiras. Livram-se desses nocivos erros os Sabios, examinando, e pezando com criterio as opiniões dos seus primeiros annos. Destes abusos pertendemos salvar os nossos Compatriotas, (que forem menos instruidos, e ainda os conservarem) pelo meio da presente Traducção.

O mesmo tradutor, envolvido com o processo mais amplo, capitaneado pelo Marquês de Pombal, de combate às ideias jesuíticas (DeNipoti & Pereira, 2014), em um segundo trabalho sobre o tema da feitiçaria – a *Arte mágica aniquilada*, de Scipione Maffei, publicada em 1783 –, reiterou a ideia da utilidade da tradução em promover a instrução, na medida que pretende empreender “somente a instrucção daquellas pessoas, que a penas lem, e entendem a nossa língua vulgar”, uma vez que ele considera haver,

4 Optou-se por manter, nos títulos das obras e nas citações, a grafia original.

entre os “Portugueses eruditos” um conhecimento suficiente da língua italiana para dispensar a leitura da tradução.

A instrução recorrentemente justificava o ato de tradução, em especial dos “bons livros”, que o tradutor anônimo do *Dicionário abreviado da fábula*, de Pierre Chompré (1783) afirmou serem todos aqueles destinados para a “instrução da mocidade” ou para aquelas pessoas interessadas no progresso literário da sua nação através de um “exercício louvável”, da mesma forma que o poeta Candido Lusitano (Francisco José Freire) alegou que sua tradução do *Athalia* de Racine (1762) objetivava a “instrução daquelles, que não sabem as leys do Theatro”.

Os limites deste processo – ou seja, qual tipo de instrução estava na mente dos homens do século XVIII – ao menos daqueles envolvidos com as traduções de livros – foram dados por D. João da Anunciação (1769), no manuscrito não publicado da tradução portuguesa do *Compendio de História Sagrada* (provavelmente do Abade Fleury). O religioso justificou sua aplicação ao trabalho de tradução pelo desejo de que a “mocidade”, ao mesmo tempo que bem-educada, fosse bem instruída “na civilidade, na polícia e sobretudo na religião”.

Custódio José de Oliveira, professor Régio de Grego em Lisboa, na “Prefação” de sua tradução do *Tratado do Sublime* de Longino (1771) introduziu a ideia de que as traduções, além de instruir e educar, criavam o gosto pelo conhecimento, pois davam acesso as “sapiëntissimas fontes, donde emanarão todas as sciencias, o licor mais puro do verdadeiro gosto da sabedoria humana”, ao passo que Luís Carlos Moniz Barreto, ao traduzir os *Discursos sobre a história eclesiástica*, também do abade Fleury (1773), associou seus motivos para traduzir à ideia de verdade em um sentido menos estrito que o religioso: “só o amor pois da verdade e de humas verdades as mais importantes, o interesse e bem publico dos meus Compatriotas, principalmente do Clero menos instruido, podião e devião enfim obrigar-me deste trabalho”.

Neste sentido, muitas das traduções tinham por motivação explícita suprir faltas no processo de educação dos súditos portugueses, em especial crise após a expulsão dos jesuítas em 1759 – que deixou um vácuo, muito lentamente preenchido pelas novas estruturas pombalinas de professores régios e reformas da universidade de Coimbra (Fonseca, 2011; Pereira & Cruz, 2009). Manoel de Moraes Soares apresentou assim sua tradução das *Fábulas de Phedro*:

Eu considerando, que a minha Nação ainda não possuia debaixo do seu idioma huma Obra, que tanto se estima nos outros Paizes cultos da Europa,

olhei mais para as suas vantagens, do que para minhas pequenas forças; e me arrojé a fazer esta Tradução como pude, a fim de que os meus Compatriotas, que ignorão a lingua Latina, possaõ aproveitar-se destas moralidades interessantes; e juntamente servir de commento a muitos outros, que com facilidade pódem embaraçar-se em alguns lugares espinhosos, que presenta o texto Latino.

A intenção de Soares era aumentar o conhecimento daqueles que não dominavam (talvez pudéssemos dizer: “não dominavam mais”?) o Latim – e portanto tinham pouco ou nenhum acesso às obras clássicas, que – neste período – serviam de fundamento para aplicações modernas, se levamos em conta que “europeus inteligentes [consideravam, desde o século XVI,] a agricultura, as técnicas militares e até a medicina da Roma antiga como modelo para suas próprias” (Hobsbawm, 1988:47). O mesmo intento teve o poeta e dicionarista Miguel do Couto Guerreiro em sua tradução (expurgada de toda a obscenidade) das *Heroídes* de Ovídio (1789), em cujo prefácio ele afirmou ter realizado a tradução porque “[p]areceo-me, que promoveria muito os singulares engenhos Portugueses, que não tem bastante intelligencia da língua Latina, propondo-lhes hum exemplar de exquisito gosto para imitarem”.

Além do latim, o “ser útil” passava também por processos educativos da língua portuguesa, uma vez que as traduções poderiam ensinar sobre uma certa ortodoxia gramatical, além de ajudar a desenvolver estilos. O mesmo João Rosado de Villalobos e Vasconcelos, citado acima, em sua tradução de *Os costumes dos israelitas* do também já mencionado abade Fleury (1778) afirmou ter traduzido para que os leitores portugueses tivessem “importantes liçoens sobre a pureza da fraze, castidade da dicção, & simplicidade de estilo, mui differente da affectação de alguns puritanos”. É neste mesmo sentido que a tradução que João Guilherme Christiano Muller (1809), secretário da Academia de Ciências de Lisboa, da *Memoria sobre a literatura portugueza* de Robert Southey teve por objetivo mostrar aos seus leitores lusitanos o quanto a literatura era conhecida fora das terras do Império:

Se publicamos pois a traducção deste Ensaio não hé por que estejamos em todos os pontos de accordo com o seu Author, nem taõ pouco porque o julgemos completo; senão para fornecer aos Portuguezes eruditos occasião de saberem o conceito que novissimamente se forma em outros Payses cultos, do merecimento literario desta Nação, e para [l]hes dar igualmente azo de accressentarem, e corrigirem os juizos de hum Estrangeiro, que achou nossas producções litterarias dignas de seu assiduo estudo e applicação.

Este é outro aspecto da ideia de utilidade presente nas justificativas dos tradutores: a maneira como Portugal poderia ser visto, ou interpretado, por si próprio e pelas demais potências europeias, em uma época de enormes agitações políticas e diplomáticas. Custódio José de Oliveira, na tradução, publicada em 1771, do *Sobre o modo de escrever a história* de Luciano, afirmou esperar que sua tradução servisse para que os “feitos clarísimos, e dignos de immortal memoria” da Nação Portuguesa sejam eternizados em “monumentos dignos das suas illustres acções”.

Uma última série discursiva relativa à ideia de utilidade, apresentada nos paratextos dos tradutores, refere-se às obras mais fortemente identificadas com a imagem “utilitarista” criada sobre o Iluminismo lusitano, e diz respeito às traduções de obras científicas – ou de disciplinas que começaram a se firmar como tal na segunda parte do século XVIII. Também associadas à ideia de instrução discutida acima, estas justificações buscam inserir os textos traduzidos em contextos de “progresso” técnico e debate científico: Antonio Martins Vidigal, cirurgião da câmara real, apresentou sua tradução da *Descrição das enfermidades dos exercitos* de Van-Switen (1786), nestes termos:

As traducções dos bons livros forão em todos os tempos tão favoravelmente admittidas na Republica das letras, quanto se julgavam estimaveis, e uteis. Igualmente, depois de averiguadas as suas grandes vantagens, se estabeleceo o seu distincto merecimento; e não era muito lhe conferirem a estimação, que he naturalmente inseparavel de tudo, o que instrue com suavidade e gosto.

Neste sentido, o tradutor anônimo do *Tratado da pratica da Manobras dos Navio* (1789) associou seus motivos ao “interesse público”, uma vez que a obra deveria trazer “significante beneficio” a uma atividade necessária. José Joaquim da Silva Peres traduziu o *Guia de negociantes e de guarda-livros* de De la Porte em 1794 porque sentia “a sensível falta, que fazia a [lição] deste Livro, e a utilidade, que della resulta” para os negócios em geral. Antonio Rodrigues Calisto, negociante na cidade de Olivença (que antes de 1801 e da Guerra das Laranjas, era uma cidade portuguesa) traduziu as *Lições breves e simples sobre o modo de fazer o vinho* (1801) pois reconheceu “a utilidade e vantagens, que podiaõ resultar” da tradução. A medicina – área de conhecimento com 19 obras traduzidas (localizadas até esta fase da pesquisa) no período em foco – proporcionou vários paratextos que justificavam a tradução através de sua utilidade. O médico Henrique Xavier Baeta, ao traduzir o *Resumo do systema de medicina* de Erasmo Darwin (1806) procurou “facilitar o conhecimento da Philosophia Medica” aos

médicos que não conhecessem a língua inglesa e, como utilidade maior, “ao mesmo tempo instruir os outros homens, tanto quanto he necessario para que elles evitem certas causas de molestias, e possam mais acertadamente fazer a escolha de hum Medico capaz de dirigir sua saude”. Os tradutores do *Curso completo de cirurgia theorica e pratica* de Benjamim Bell (1811), Francisco José de Paula e Manoel Alvares da Costa Barreto, tiveram por objetivo a “utilidade pública” e “toda a satisfação se cooperarmos com este nosso trabalho para a instrucção dos nossos Compatriotas”, retornando, portanto, ao tema que permeia a ideia da utilidade das traduções.

Uma segunda ordem de motivações e justificativas está no cerne da história do livro e da palavra impressa: a notoriedade de determinadas obras, tanto em suas versões originais, quanto em traduções em outras línguas. Esta notoriedade tem demandas típicas das interconexões complexas que se estabelecem entre os diversos agentes do processo de criação, publicação e circulação de livros e, conseqüentemente, ideias (Darnton, 2007:502) e ficam expressas nos textos dos tradutores – eles mesmos agentes no circuito de comunicação que se persegue ao estudar o livro e a palavra impressa no passado. Foi por causa desta notoriedade que Gaspar Pinheiro da Câmara Manuel, brasileiro que assinou sua tradução como “Hum homem do mar”, decidiu-se por traduzir o *Elogio de Renato Duguay Trouin* de M. Thomaz (1774). Na sua “Advertência Proemial” ele disse que “[a] estimação, que na Europa tem logrado os Elogios do célebre Thomaz, me excitou a traduzir hum delles no idioma da minha Patria, parecendo-me que na língua Portugueza não ficaria menos pomposo”. A mesma lógica, em conjunção com os tópicos trabalhados no item anterior, aparece no prefácio que José Amaro da Silva fez para sua tradução de *A morte de Abel* de Salomão Gessner (1785):

E vendo eu a boa opinião que estas duas Nações [Alemanha e França] tão eruditas tinham feito delle, encantado não só do estilo, mas também da materia, me resolvi a traduzillo tambem na nossa Língua Portugueza pela utilidade que julgo de sua leitura a todas as pessoas curiosas de semelhantes obras; e suposto que a lingua, ou o idioma Frances se veja hoje tão estendido e conhecido em quasi todas as partes do mundo, não é contudo bastante commum, para que todos se possam facilmente aproveitar delle, principalmente aquelles, que se não tem versado em Letras, para os quaes se encaminha mais a minha intenção.

Um livro que já houvesse circulado no mercado português com algum sucesso era sempre um bom candidato à tradução, como foi o caso da *História de Portugal*, de

Nicolas de La Clede (1781), publicada em francês na primeira metade do século XVIII. Segundo o tradutor anônimo, a demanda pelo livro era tanta, que sua raridade tinha se tornado “huma importunação para os Mercadores de Livros”. Para resolver isto, ele decidiu-se pela tradução: “Eu que sempre ando espreitando cousa, em que se atine com o gosto dos meus Nacionaes, assentei que lhe faria hum grato mimo em lha dar traduzida em Vulgar”. O já citado João Rosado de Villalobos e Vasconcelos, desta vez na “prefação” de *Os costumes dos christãos* do mesmo abade Fleury (1782), ofereceu pistas sobre a “República das Letras” portuguesa, que segundo ele era composta por “tantos homens de Letras no nosso Paiz, tantos Traductores habeis, e muito laboriosos, tantos Religiosos sabios, e de virtude, e que desejao a gloria de Deos, e salvação das almas”. Por isso mesmo ele estranhava o fato de nenhum deles ter se dedicado à tradução da obra que trouxe à luz, pois tratava-se de obra tão conhecida entre os portugueses “que além das muitas Edições, que se tem consumido neste Reino, se imprimio em Francez na Cidade do Porto, não só não temendo o editor o consumo; mas sabendo muito bem, a facilidade com que se havia de gastar”.

De forma semelhante, o médico Manoel Joaquim Henriques de Paiva afirmou, em seu Prólogo do *Aviso ao povo acerca da sua saude*, de Tissot (1786), ser o livro “tão conhecido, que julgo superfluo demorar-me em o mostrar”. Para qualquer um que tivesse dúvidas, o tradutor indicava dois fatores: um alto número de edições e reedições da obra em um curto espaço de tempo, e as diversas outras traduções “em quasi todas as linguas” que antecederam sua versão portuguesa. Como exemplo final desta subsérie de razões, podemos relembrar o prefácio das *Heroïdes* de Ovídio, pois o tradutor também se apoiou no fato de que obra era tão estimada “em todas as Nações Cultas da Europa, que nenhuma ha, em cuja língua ellas não andem traduzidas”.

A reputação do autor original era, com frequência, utilizada para justificar a tradução, caso o livro em questão já não fosse notório. O tradutor anônimo da *Merope*, de Voltaire (1786) se apoiou inteiramente na fama do autor, para justificar a publicação de sua versão, pois, segundo ele “[a] universal aceitação que tem tido as Tragedias de Mr. de Voltaire, faz com que se publique a traducção da Merope, huma peça, que tem merecido a attenção dos homens literatos, e versados na lição da Poesia Dramatica”. O mesmo tipo de argumento foi usado por Antonio Estevão de Lima Lisboa para apresentar a tradução portuguesa do poema *As quatro estações do dia*, de Friedrich Wilhelm Zachariä (1806), pois, segundo ele, o autor já adquirira uma “justa reputação”, ao passo que o poema era estimado por “todas as nações cultas”, da mesma forma que o

texto de François-René de Chateaubriand (1810), *Atala*, foi traduzido (e publicado na Bahia) porque “[o] nome deste celebre escriptor he bastante para [ileg] huma grande idéa da obra original”.

As justificativas apoiadas em uma noção compartilhada de crítica (em geral, benéfica) mostram também que alguns tradutores portugueses estavam afinados com os desdobramentos gerais da “República das Letras” europeia, acompanhando as obras e suas repercussões. Isto pode ser dito também dos censores portugueses, como se pretende fazer em outras etapas do projeto que fundamenta este texto. Não obstante, o Censor Frei João do Espirito Santo Monte demonstrou isso em sua “Falla ao público” sobre a tradução que fez da obra de Massillon (1786):

Logo que, na França apparecerão impressos os singularissimos sermões do grande Bispo de Clermonte, tiveraõ a geral e devida acceitação que merecião entre as Pessoas de bom gosto. [...] Chegou finalmente o felis tempo de vermos na nossa Luzitania traduzida entre outras muitas obras, a dos sermões daquelle grande prelado e não nos soffrendo o coração que o publico ficasse distituido da mais nobre e melhor porção dos seus escriptos, nos determinamos á imitação de Mr. de L. Porte, a traduzir-lhe os seus Pensamentos;

Luiz Antonio de Azevedo, tradutor de, ao menos, três obras clássicas gregas no período estudado, indica em sua tradução dos *Rivaes* de Platão (1790) que realizava a tarefa em função da “grande, e geral aprovação” que os escritores gregos tinha no “conceito dos Sábios”, além do “summo proveito, que da lição de seus copiosos livros resultou sempre ao progresso das Humanidades, e Bellas Lettras”. O Jornalista baiano Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, por sua vez, na tradução que fez do *Curso elementar e completo de mathematicas-puras* de Nicolas-Louis La Caille (1800), confrontou a crítica, afirmando que fez sua tradução do livro com base na “geral reputação, que por tanto tempo conserva, [e que] não póde ser desbotada pela critica impertinente de alguns, que o taixaõ de defeitos, de que elles mesmos talvez abundem”. No outro extremo, uma tradução podia ser feita por sua novidade e originalidade, como afirmou Manoel Maria de Barbosa du Bocage no texto introdutório de sua tradução da peça *Eufemia, ou o triunfo da religião* de François D'Arnaud (1793): “O cunho original desta Peça, excellente Composição de Mr. d'Arnaud, me animou a traduzilla para a dedicar ás almas sensiveis”.

Condicionamentos do mercado editorial também eram apresentados como motivos de ação dos tradutores e editores, que trabalhavam frequentemente em

conjunção, como outros corpos documentais podem confirmar. Os pedidos de licença para impressão feitos à Real Mesa Censória, geral, mas não exclusivamente, enviados pelos potenciais editores das obras, são um exemplo disso.

No caso da tradução de 1801 da *Imitação de Christo*, de Thomas Kempis, feita pelo Frei Antonio de Padua e Bellas, outro dos censores da Real Mesa, o prefácio foi feito pelo editor Francisco Rolland, que habitualmente apresentava os livros que editava. Segundo Rolland, a tradução foi feita para corrigir as “não poucas Edições na língua Portugueza” já feitas, cujos vícios textuais “causa[m] dôr ver o estado a que chegou nas Impressões”. De acordo com o editor, a obra em português “encontra-se mutilada em varias partes, tem não poucos periodos incompletos, e que deixam o sentido suspenso; outros que nada exprimem”. O prólogo da tradução da *Introdução á vida devota de S. Francisco de Sales* (1784) repetiu o argumento de que a tradução anterior era falha, contendo “innumeraveis defeitos, principalmente originados de se não exprimir com propriedade e elegancia no nosso idioma, o que se diz no Francez”, mas também se apoia em argumentos “de mercado” para justificar o trabalho, por “estar quase extincta a edição Portugueza, que ha annos se imprimio: e ser esta pouco commoda, para se trazer nas mãos, principalmente em lugares sagrados, por ser em quarto”.

Outro aspecto editorial lembrado pelos tradutores com alguma frequência são as ausências em campos específicos do conhecimento, reforçando as ideias de utilidade expostas acima quanto ao *Guia de negociantes ...* de De la Porte, entre outros exemplos já citados. O cirurgião Joaquim da Rocha Mazarem, na dedicatória a D. João do *Tratado de inflamação, feridas e ulceras* de Richerand, publicado no Rio de Janeiro em 1810, explicou porque empreendeu a tradução, nestes termos:

Nomeado Lente de huma das Cadeiras Medico-Cirurgicas, que V.A.R. mandou estabelecer no Hospital Real Militar desta Corte; incumbido juntamente do tratamento das molestias cirurgicas dos enfermos das Reaes Armadas no mesmo hospital, aonde concorrem os alumnos, que se dedicão á arte de curar; vi a falta que ha de autores, e de livros desta sciencia no nosso idioma, por onde elles se podessem applicar.

Um último exemplo vem de um dos mais estudados tradutores luso-brasileiros do final do século XVIII, o frei José Mariano da Conceição Velloso, responsável pelos esforços editoriais da Casa Literária do Arco do Cego (Campos, 1999; Harden, 2010, Kury, 2015). Na dedicatória da *Memoria sobre a qualidade, e sobre o emprego dos adubos* de Massac (1801), Velloso afirmou que a tradução foi feita para que antigas

práticas “como até agora se fazia por falta de livros, que os dirijissem” fossem substituídas por “princípios luminosos” pelos agricultores de todo o Império.

A terceira série de justificativas, escolhidas para este trabalho, dentre as muitas possíveis, é relativa aos princípios clientelistas de organização do Antigo Regime português. Convém lembrarmos que a sociedade portuguesa do período em foco sofria influências do Iluminismo – ou da Ilustração – de formas diversas, em especial nas camadas que circulavam em espaços de sociabilidade científica, criados a partir dessas influências – a Academia Real de Ciências, a Academia dos Guardas-Marinha, a universidade de Coimbra depois de sua reforma (Pereira & Cruz, 2009), etc. Ao mesmo tempo, essa sociedade mantinha estruturas sociais, políticas e culturais, típicas do Antigo Regime. Isto criava um território particular no qual, por um lado, “clientes” se esforçavam por oferecer dádivas, na forma de palavra impressa, recompensadas por mercês dos “patronos” (Mazlish, 2000) na forma de funções políticas, acadêmicas ou militares. Isto fazia, por outro lado, que a ciência, a literatura, as artes, não fossem “apenas impulsionadas pela voga europeia, pela difusão francesa das academias e pelo costume aristocrático de cultivar as letras e a história natural. A ciência tornou-se instrumento estatal para consolidar suas possessões, dinamizar o comércio entre o reino e o ultramar” (Raminelli, 2008:94). Estas afirmações podem, com facilidade, serem expandidas para o ato de traduzir e de oferecer uma tradução ao rei ou rainha, ou a algum outro nobre influente (como o Marquês de Pombal, ou D. Rodrigo de Souza Coutinho, em tempos distintos abrangidos nesta pesquisa).

O Já citado João Rozado de Villalobos e Vasconcelos demonstrou estas relações nas dedicatórias das obras de Fleury que traduziu. Ao dedicar a tradução de *Os costumes dos israelitas* (1778) ao frei José de Jesus Maria Mayne, sócio da Academia Real de Ciências e confessor do rei consorte D. Pedro III, Vasconcelos afirmou que:

Vossa Senhoria mo entregou, & logo protestei fazer a traducção para gloria, honra & utilidade da minha Patria, muito particularmente para oferecer a Vossa Senhoria. Com effeito, tendo a honra de servir a minha Nação a tenho tambem de offerecer a Vossa Senhoria a Traducção do Illustre Fleury para servir de hum documento publico da minha obediencia & fidelidade ás insinuaçõens de V. Senhoria.

Ele dedicou o volume de *Os costumes dos christãos* (1782) ao visconde de Villa-Nova da Cerveira (Tomás Xavier de Lima), ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, afirmando que “não me atreveria tambem a publicar as minhas

Composições literárias, senão fosse debaixo da proteção daquellas personagens, que fazem a honra de amparar os meus Escritos”. A busca por protetores poderosos acompanha a história do livro no período moderno, tendo sido alvo de diversos estudos. É suficiente aqui apontar a importância da *Bajutalio* como forma de inclusão ou exclusão em círculos de clientelismo, e lembrar que o ato da dedicação faz com que a própria obra ofertada, “ao menos figurativamente, torne-se propriedade do patrono, permanecendo dele sem importar quem possua as cópias” (Buchtel, 2004:10) e que a “dedicação também visava transformar o receptor (o rei ou um outro grande homem) em autor,” (DeNipoti & Pereira, 2013:261). As dedicatórias de Villalobos e Vasconcelos, bem como as de todos os tradutores e autores do período, tem que ser incluídas nesta economia de dádiva que pressupõe a doação da obra na expectativa de recompensa. Vejamos a dedicação do tradutor anônimo do livro de John Pringle, *METHODO do capitão Cook, com o qual preservava a saúde dos seus marinheiros* (1795) ao Conde de São Vicente (Miguel Carlos da Cunha Silveira e Lorena), na qual o tradutor colocou o Conde como o principal motivo de ter feito a tradução, pois se encontrava “persuadido da sua utilidade, reconhecida já pelo Ministerio Britanico, e comprovada com o authentico testemunho de uma Nação maritima, e illuminada”. É o mesmo caso do médico brasileiro Antonio José Vieira de Carvalho, que dedicou sua tradução das *Observações sobre as enfermidades dos negros*, de Dazille (1801) a Dom João: “Estimulado pois desta fatal experiencia, e do sincero, e ardentissimo desejo de me dar todo ao serviço de V. A. R., me subministrou o meu zelo a lembrança de traduzir para a Lingua Portugueza o Tractado, que sobre as molestias dos Negros”.

Outra forma na qual estas relações ficam expressas é a encomenda, ou ordem, de tradução, feita a partir de um núcleo de poder – em geral o rei, ou algum seu ministro – como já foi bem estudado no caso da Casa Literária do Arco do Cego (Harden, 2009). Joaquim Antonio Xavier da Costa, ao traduzir o *Prospecto politico do estado actual da Europa* de E. A Zimmermann (1794), deixou claro que o fez a partir das “Ordens, pelas quaes VOSSA ALTEZA REAL (o príncipe regente D. João) houve por bem mandar proceder á presente Traducção”. Martim Francisco Ribeiro de Andrade Machado (irmão de José Bonifácio) também traduziu o *Manual do mineralogico* de Tormben Bergman (1799) por ordem superior – neste caso, muito provavelmente de Dom Rodrigo Souza Coutinho, ministro de D. João que empenhou-se particularmente na tradução de livros científicos, recorrendo aos estudantes luso-brasileiros de Coimbra como tradutores, o que fica bastante claro nos estudos sobre Dom Rodrigo e – novamente – a casa literária

do Arco do Cego (Diniz Silva, 2006), ainda que o reconhecimento público do tradutor seja dirigido exclusivamente ao príncipe regente (DeNipoti, & Pereira, 2013):

O louvavel desejo, que desde o principio de sua Regencia mostrou V. ALTEZA REAL de ser util aos seus vassallos, introduzindo lhes o gosto para as sciencias, mormente aquellas, que são de tanta utilidade, como as que se empregão no conhecimento da natureza, a gloria, que naturalmente acompanha a grade Obra de tirar do lethargo huma nação espiituosa, e como dar lhe huma nova existencia, moverão a V ALTEZA REAL, mandar traduzir para linguagem Portugueza muitas, e varias Obras, que sobre objectos uteis nos faltavaõ, e como entre ellas occupe hum não desprezivel lugar o conhecimento das produções mortas da natureza, dignou se V ALTEZA REAL mandar, se traduzisse o Manual do Mineralogico do celebre Sueco Bergman, já antes traduzido, e acrescentado em França, por Mongez, e De la Metherie, tarefa esta, de que muita satisfação me encarreguei.

Em se tratando de uma ordem “superior”, não cabia ao tradutor escolher fazer ou não o trabalho. Em diversos prefácios os tradutores deixam claro ter realizado a tarefa contra sua vontade, ou, por falsa modéstia ou honestidade, para além de suas capacidades. Ignácio Paulino de Moraes, tradutor do *Compendio de agricultura e collecção de maquinas e instrumentos novamente inventados* (1802), em seu prólogo ao leitor, explicou porque, apesar de suas dificuldades pessoais com os termos técnicos, ele levou a tradução a cabo:

As grandes dificuldades, que em todos os tempos, conhecerão, e que sempre assutarão, e temerão os melhores Traductores de Obras de Mecanismos, forão as mesmas que eu receei, e descobri quando fui incumbido de fazer a Traducção da presente Collecção de Maquinas e Instrumentos Agriculturaes; e se não devesse obedecer á Ordem Superior, que assim o determinou, e igualmente quisesse privar o Publico, e principalmente a minha Nação, do conhecimento de humas tão engenhosas, e uteis peças de Mecanismo, com as quaes se executa mais trabalho, em menos tempo, e com menos despeza [...] eu não me abalançára a uma impreza tão ardua, difficulzoza, trabalhosa, e algumas vezes até impossivel de executar.

Manoel Jacinto Nogueira da Gama (futuro marquês de Baependi, no Império brasileiro) ao traduzir o *Ensaio sobre a theoria das Torrentes e Rios* (1800), também deixou claro que ficou contrariado em cumprir a tarefa, pois “de boa vontade ter-me-hia subtrahido a esta tarefa, se me fosse licito deixar de obedecer”. Ele, porém realizou a tradução porque “meu maior desejo [é] a utilidade publica, para evitar todos os

embaraços, a que possa ter dado causa, e para por o Leitor em melhor estado de decidir e emendar”.

Apresentadas as evidências retiradas dos paratextos dos tradutores, que tipo de respostas àquela pergunta inicial – sobre a afirmação ou valorização da língua portuguesa no processo de construção da moderna estrutura de Estado Nacional – podemos tirar desse emaranhado de discursos? Das séries criadas a partir dos paratextos, há inicialmente, a busca de uma ideia geral de utilidade, que surge na forma de 1) instrução, ou uma ampliação geral do conhecimento, fornecida pelas traduções de uma maneira geral; 2) um aperfeiçoamento geral do uso da língua vernácula, em suas diversas formas literárias, para o qual as traduções ajudam a fornecer exemplos e 3) uma noção compartilhada de que as traduções são instrumentais na aplicação dos conhecimentos científicos a aspectos da vida cotidiana.

Em segundo lugar, os discursos dos tradutores atuam como indicadores (ou normatizadores) do mercado editorial e livreiro em língua portuguesa, ampliando, pelos motivos indicados, o universo de livros disponíveis aos potenciais leitores, ao mesmo tempo que reafirmam as questões relativas à “utilidade” das traduções, indicadas acima.

Em terceiro lugar, o uso das traduções como parte de relações sociais em redes complexas de clientelismo, guiadas mais por economias de dádiva do que de mercado, fortalece a noção de que tais redes ajudam a construir linguagens próprias para sua manutenção e continuidade e, neste caso, enfatizar a língua portuguesa era, ao mesmo tempo, parte das estratégias de manutenção das estruturas de Antigo Regime e de inovação de um sistema dinâmico que se esforça por obter continuidade.

De toda forma, uma vez que a prática historiográfica contemporânea não objetiva estabelecer conclusões definitivas sobre o passado, mas instigar o debate e a pesquisa, essas conclusões são meras indicações das possibilidades de estudo e análise sobre como um determinado grupo (que pode facilmente ser definido como uma comunidade de leitores, ou como agentes de um determinado campo do conhecimento, qual seja, a tradução propriamente dita), em uma época em que as disciplinas contemporâneas estavam em seu estágio formativo mais rico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdieu, Pierre. 1977. A economia das trocas linguísticas. Trad. Paula Montero. *Langue Française*, n. 34, p. 31-32, maio. Disponível em: <<http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/12933/11099/AEconomiasdasTrocasLingsitcasPierreBourdieu.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2013.
- Buchtel, John. 2004. Book dedications and the death of a patron; the memorial engraving in Chapman's Homer. *Book History*, 7: 1-29.
- Campos, Fernanda Maria Guedes de (org.). 1999. *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): bicentenário*. Lisboa: Impr. Nacional-Casa da Moeda.
- Darnton, Robert. 2007. "What is the history of books?" revisited. *Modern Intellectual History* 4,3. 495-508.
- DeNipoti, Cláudio & Fonseca, Thais Nivea de Lima. 2011. Censura e mercê – os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 139-154, jul | dez.
- DeNipoti, Cláudio & Pereira, Magnus Roberto. 2013. Sobre livros e dedicatórias: D. João e a Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). *História Unisinos* 17(3):257-271, Setembro/Dezembro.
- DeNipoti, Cláudio & Pereira, Magnus Roberto. 2014. Feitiçaria e iluminismo: traduções e estratégias editoriais em Portugal no Século XVIII. *Revista Maracanan* v.10, n.10, Janeiro/Dezembro, p. 48-63.
- Diniz Silva, Andrée Mansuy. 2006. *Portrai d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares. 1755-1812. Vol II*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.
- Eugênio, Alisson. 2003. Lampejos da ilustração. Análise de um livro sobre doenças de escravos escrito no Caribe francês e traduzido na América portuguesa durante a crise do Antigo Regime. *História Social*. Campinas, 10, 263-280.
- Fonseca, T. N. L. E. (Org.) 2011. *As reformas pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições - FAPEMIG, 2011.
- Galvão, Pedro. 2013. Utilitarismo. In: Rosas, João Cardoso, org. *Manual de filosofia política*. 2ª. ed. Coimbra: Almedina.
- Genette, Gerard. 2009. *Paratextos editoriais*. Cotia, SP: Ateliê Editorial.
- Harden, Alessandra Ramos de Oliveira. 2009., Brasileiro tradutor e/ou traidor: Frei José Mariano da Conceição Veloso. *Cadernos de Tradução*. UFSC. Vol. 1 no 23,, p. 131-148.
- Harden, Alessandra Ramos de Oliveira. 2010. *Brazilian translators in Portugal 1795-1808*. Tese. Doutorado. Dublin; Dublin University.

- Harden, Alessandra Ramos de Oliveira. 2011. Os tradutores da Casa do Arco do Cego e a ciência iluminista: a conciliação pelas palavras. *Trad. Ling. Aplic.* Campinas, n (50.2) 301-320, jul. dez.
- Hobsbawm, Eric. 1982. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Kury, Lorelai B. 2015. O naturalista Veloso. *Rev. Hist.* (São Paulo), São Paulo, n. 172, p. 243-277, June.
- Lisboa, João Luis. 1991. *Ciência e política; ler no antigo regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Mazlish, Bruce. 2000. Invisible Ties: From Patronage to Networks. *Theory Culture Society*; 17; 2, 1-19
- Pereira, Magnus Roberto de Mello & Cruz, Ana Lúcia Barbalho da. 2009. Ciência e memória: aspectos da reforma da universidade de Coimbra de 1772. *Revista de História Regional* 14(1):7-48, Verão.
- Raminelli, Ronald. 2008. *Viagens ultramarinas; monarcas, vassallos e governo à distância*. São Paulo: Alameda.
- Ramos, Luís A. de Oliveira. 1986. *Sob o signo das “Luzes”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Rodrigues, A. Gonçalves. 1992. *A tradução em Portugal*. Lisboa: INCM.
- Silvestre, João Paulo. 2006. A tradução do discurso enciclopédico para a língua portuguesa: barreiras linguísticas e culturais no início do século XVIII. In: Miguel, Maria Augusta C. Et al. *Actas do I Colóquio de Tradução e cultura*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores,, pp. 247-255.
- Silvestre, João Paulo. 2007. A tradução do discurso enciclopédico para a língua portuguesa. In: Verdelho, Telmo & Silvestre, João Paulo. *Dicionarística portuguesa; inventariação e estudo do património lexográfico*. Aveiro: Universidade de Aveiro, p.153-161.

FONTES CITADAS

Bell, Benjamin. *Curso completo de cirurgia theorica e pratica*. Lisboa, Regia Typgrafica Siviana, 1811 [Trad. Francisco José de Paula e Manoel Alvares da Costa Barreto] **Prefacção**.

Bergman, Torbern. *Manual do mineralogico ou esboço do reino mineral*. Lisboa, na Officina de Joaõ Procopio Correia da Silva, 1799. [trad. Martim Francisco Ribeiro de Andrade Machado] [**da dedicatória**].

Cartas de Ovidio chamadas Heroides, expurgadas de toda a obscenidade e traduzidas em Rima Vulgar. Lisboa: Na officina Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1789 [Trad. Miguel do Couto Guerreiro]. **Prefação.**

Chateaubriand, Francisco Augusto. *Atala, ou os amors de dous selvagens no deserto*. Bahia: Typog. De Manoel Antonio da Silva Serva, 1810. [trad. anon.]. Leitor

Chompré, Pierre. *Diccionario abbreviado da Fabula para intelligencia dos poetas, dos paineis e das estatuas*. Lisboa: Na Regia Officina Typographica, 1783. [trad. anon.] - **Advertencia do Traductor.**

Compendio da Historia Sagrada... Traduzido por D. Joam de N. Sra. da Anunciaçam, [ANTT, Manuscritos da livraria, n. 788], julho, de 1769 – **A quem ler.**

Compendio de agricultura e collecção de maquinas e instrumentos novamente inventados e actualmente praticados em algumas provincias do reino de Inglaterra. Lisboa: Na Regia Officina Typographica, 1802, tomo II. [Trad. Ignacio Paulino de Moraes]. **Prologo ao Leitor.**

D'Arnaud, François Thomas More Becular. *Eufemia, ou o triunfo da religião*. Drama. Lisboa: na Off. De Simão Thaddeo Ferreira, 1793. [Trad. Manoel Maria de Barbosa du Bocage]. **Ao Leitor.**

Darwin, Erasmo. *Resumo do systema de medicina*. Lisboa, na Offic. De João Rodrigues Neves, 1806. [Trad. Henrique Xavier Baeta]. **Prologo.**

De La Porte. *Guia de negociantes e de guarda-livros*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1794. [Trad. José Joaquim da Silva Perez] **Do Traductor.**

Dazille, Mr. *Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir*. Lisboa: Na Typografia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801. [trad. Antonio José Vieira de Carvalho] [**da dedicatoria**]

Elementos da Policia Geral de hum Estado. Lisboa: Na Offic. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1786. [Trad. João Rosado de Villalobos e Vasconcelos] – **Prefação.**

Ensaio sobre a theoria das Torrentes e Rios, etc. Lisboa: Na Offic. Patr. De Joaõ Procopio Correa da Silva, 1800 [Trad. Manoel Jacinto Nogueira da Gama]. **Prefação do traductor.**

Fernandes, Antonio Gabriell. *Tratado da pratica da Manobras dos Navios*. 1789 [ANTT. Manuscritos da livraria n.89] [Trad. Anon.] **Prologo.**

Fleury, M. *Discursos sobre a história eclesiástica*. 1773 [ANTT. Manuscritos da Livraria, 91] [Trad. Luís Carlos Moniz Barreto] - **O Traductor, a quem ler.**

Fleury, M. *Os costumes dos israelitas*. Lisboa: Na Tipografia Rollandiana, 1778. [Trad. João Rozado de Villalobos e Vasconcellos.] - **Prefação.**

Fleury, M. *Os costumes dos christãos*. Lisboa: Na Tipografia Rollandiana, 1782. [Trad. João Rozado de Villalobos e Vasconcellos]. **Prefação do Traductor.**

Gessner, Salomão. *A morte de Abel*. Lisboa: Na officina, que foi de Antonio Alvarez Ribeiro Guimaraens, 1785. [Trad. Jozé Amaro da Silva]. **Prefacio do traductor.**

Introducção á vida devota de S. Francisco de Sales. Lisboa: na Off. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1784. [trad. anon.] **Prologo desta traducção.**

Kempis, Thomas. *Imitação de Christo*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1801. [trad. Fr. Antonio de Padua e Bellas]. **Prefácio do Editor.**

La Caille; Marie. *Curso elementar e completo de mathematicas-puras*. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Joaõ Procopio Correa da Silva, 1800. [trad. Manoel Ferreira de Araujo Guimarães]. **Prefacio do traductor.**

Le Clede. *História Geral de Portugal*. Lisboa: Na Typografia Rollandiana, 1781. [Trad. Anon.]. **Prólogo do Traductor.**

*Lições breves e simples sobre o modo de fazer o vinho extrahidas das obras de M. Maupim, composta na lingua castelhana por *** E traduzidas e dadas á luz na Portugueza por Antonio Rodrigues Calisto*. Lisboa. Na Offic. de João Procopio Correa da Silva. 1801. **Avertencia do [Tradutor]**.

Longino, Dionysio. *Tratato do sublime*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1771. [Trad. Custodio José de Oliveira] – **Prefação.**

Luciano. *Sobre o modo de escrever a história*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1771. [Trad. Custodio José de Oliveira] [**Da dedicatória ao Marques de Pombal**].

Maffei, Francesco Scipione. *A arte magica anniquilada*. Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1783. [Trad. José Dias Pereira] - **Prefação do traductor.**

Massac, M. *Memoria sobre a qualidade, e sobre o emprego dos adubos, ou estrumes*. Lisboa: Na Typografia Chalcographica, Typoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801. [Trad. Fr. José Mariano da Conceição Velloso]. [**da dedicatória a D. João**].

Massillon, João Batista, *Pensamentos sublimes do grande bispo de Clermont*. [Trad. Frei João do Espirito Santo Monte] Lisboa: Na Officina de Thadeo Ferreira, 1786. **Falla ao publico com a ideia deste livro.**

Miscellanea curioza e proveitoza, ou, Compilação tirada das melhores obras das nações estrangeiras. Lisboa: Na Typographia Rollandiana, 1782. [Trad. Anon.] - **Carta ao Editor, Senhor Francisco Rolland.**

Pereira, José Dias. *Traducção da defeza de Cecilia Faragó, accusada do crime de feitiçaria : obra útil para desabugar as pessoas preocupadas da arte magica, e os seus pretendidos effeitos* Off. Manuel Coelho Amado, 1775 – **Prefação.**

Platão. *Rivaes ou dialogo moral*. Lisboa: Na Regia Officina Typographica, 1790. [trad Luiz Antonio de Azevedo]. **Discurso Preliminar do Annotador e moderno escolaste.**

Pringle, John, Sir. *METHODO do capitão Cook, com o qual preservava a saúde dos seus marinheiros*. Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1795. [trad. anon.] [**da dedicatória ao Conde de S. Vicente**].

Racine. *Athalia – Tragedia*. Lisboa: Na Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762. [Trad. Candido Lusitano] - **Dissertação do Traductor.**

Richerand, Anthelmo. *Tratado de inflamação, feridas e ulceras* extrahido da nosographia cirurgica. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1810. [Trad. Joaquim da Rocha Mazarem]. [**da dedicatória**]

Southey, Robert. *Memoria sobre a literatura portugueza*, traduzida do inglez; Com notas illustradoras por J.G.C.M. [Hamburg : s.n. 1809.][trad., João Guilherme Christiano Muller]. **Advertencia Preliminar.**

Thomaz, M. *Elogio de Renato Duguay Trouin*. Lisboa: Na Regia Officina Typographica, 1774. [Trad; “Hum homem do mar” Gaspar Pinheiro da Câmara Manuel]. - **Advertencia Proemial.**

Tissot. *Aviso ao povo acerca da sua saude*. Lisboa, Na Offic. De Filippe da Silva e Azevedo, 1786. [Trad. por Manoel Joaquim Henriques de Paiva] **Prologo do traductor.**

Van-Switen. *Descripção das enfermidades dos exercitos*. Lisboa: Typografia Rollandiana, 1786. 4a ed. [trad. Antonio Martins Vidigal]. **Prologo do traductor.**

Voltaire. *Merope*. Lisboa: Na Officina de Antonio Gomes, 1786. [trad. anon.] **Ao Leitor.**

Zacharias, Mr. [Friedrich Wilhelm Zachariä.] *As quatro estações do dia* – Poema alemão. Lisboa: Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1806. [Trad. Antonio Estevão de Lima Lisboa]. **Nota.**

Zimmermann, E.A. *Prospecto politico do estado actual da Europa*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1794. [Trad. Joaquim Antonio Xavier da Costa]. [**da dedicatória**].